



MUNICÍPIO DE ALENQUER  
Divisão de Contratação Pública  
Unidade Técnica de Contratação Pública

---

**“FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS  
INDIFERENCIADOS E SELETIVOS”**

**- CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL -**

**70/2025\_CMA**

**CADERNO DE ENCARGOS**



## Índice

|  |    |
|--|----|
| PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS .....  | 3  |
| CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS .....  | 3  |
| Cláusula 1. <sup>a</sup> (Objeto) .....  | 3  |
| Cláusula 2. <sup>a</sup> (Contrato) .....  | 3  |
| Cláusula 3. <sup>a</sup> (Prazo de vigência) .....   | 3  |
| Cláusula 4. <sup>a</sup> (Fases da prestação do serviço) .....   | 4  |
| CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....   | 4  |
| SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR .....  | 4  |
| Cláusula 5. <sup>a</sup> (Obrigações principais do fornecedor) .....   | 4  |
| Cláusula 6. <sup>a</sup> (Conformidade e operacionalidade do bem) .....  | 5  |
| Cláusula 7. <sup>a</sup> (Objeto do dever de sigilo) .....   | 5  |
| Cláusula 8. <sup>a</sup> (Patentes, licenças e marcas registadas) .....  | 5  |
| SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO MUNICÍPIO DE ALENQUER .....  | 5  |
| Cláusula 9. <sup>a</sup> (Obrigações principais do Município de Alenquer) .....  | 5  |
| Cláusula 10. <sup>a</sup> (Preço base) .....   | 6  |
| Cláusula 11. <sup>a</sup> (Preço contratual) .....   | 6  |
| Cláusula 12. <sup>a</sup> (Condições de pagamento) .....   | 6  |
| CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....   | 7  |
| Cláusula 13. <sup>a</sup> (Sanções contratuais) .....  | 7  |
| Cláusula 14. <sup>a</sup> (Força maior) .....  | 7  |
| Cláusula 15. <sup>a</sup> (Suspensão do contrato) .....  | 8  |
| Cláusula 16. <sup>a</sup> (Resolução por parte do Município de Alenquer) .....   | 8  |
| Cláusula 17. <sup>a</sup> (Resolução por parte do Fornecedor) .....  | 8  |
| CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS .....   | 9  |
| Cláusula 18. <sup>a</sup> (Caução) .....   | 9  |
| Cláusula 19. <sup>a</sup> (Seguros) .....  | 9  |
| CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....   | 9  |
| Cláusula 20. <sup>a</sup> (Foro competente) .....  | 9  |
| CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....   | 9  |
| Cláusula 21. <sup>a</sup> (Subcontratação, cessão da posição contratual e cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante) ..... | 9  |
| Cláusula 22. <sup>a</sup> (Comunicações e Notificações) .....  | 9  |
| Cláusula 23. <sup>a</sup> (Contagem dos Prazos) .....  | 10 |
| Cláusula 24. <sup>a</sup> (Legislação aplicável) .....   | 10 |
| PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....  | 10 |
| Cláusula 26. <sup>a</sup> (Descrição e Quantidade dos bens objeto de contrato) .....   | 10 |
| Cláusula 27. <sup>a</sup> (obrigações especiais do fornecedor) .....   | 10 |
| Cláusula 28. <sup>a</sup> (Características técnicas dos equipamentos a instalar) .....   | 11 |
| Cláusula 29. <sup>a</sup> (Local e prazo de entrega dos bens objeto do contrato) .....   | 13 |



## PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> (Objeto)

- 1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a celebração de um contrato para o **“FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS”**, de acordo com as cláusulas constantes no presente caderno de encargos e com os documentos técnicos correspondentes aos ortofotomapas, com a localização dos ecopontos enterrados, que dele fazem parte integrante;
- 2- À presente aquisição corresponde a categoria **44613800-8 - Contentores para resíduos** conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/24/CE, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> (Contrato)

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos, e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato a celebrar, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do presente procedimento com elas desconformes, de acordo com o art.º 51.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup> (Prazo de vigência)

O contrato a celebrar terá início no dia útil seguinte à sua outorga e manter-se-á em vigor até ao total fornecimento e montagem dos bens nos locais e nas condições especificadas nas Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos, o qual deverá ocorrer até ao **dia 31 de dezembro de 2026**, em conformidade com os respetivos termos



e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

#### **Cláusula 4.ª (Fases da execução do contrato)**

As prestações objeto de contrato serão executadas de acordo com as fases e prazos constantes da Parte II do presente caderno de encargos.

### **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

##### **Cláusula 5.ª (Obrigações principais do fornecedor)**

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação especial, no presente caderno de encargos, designadamente da Parte II ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais de:
  - a) Comunicar, antecipadamente, ao Município de Alenquer, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento, objeto de contrato, e o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
  - b) Fornecer os bens ao Município de Alenquer, conforme as especificações técnicas mínimas, e cumprir os prazos e requisitos definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
  - c) Realizar todas as obras de construção civil necessárias para a correta instalação e funcionamento dos contentores, incluindo arranjo da envolvente aos contentores, sempre que necessário;
  - d) Garantir o transporte e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos de construção e demolição (RCD), nos termos da legislação aplicável, fazendo prova à Entidade Adjudicante;
  - e) Assegurar a garantia dos bens pelo prazo e condições inscritas na sua proposta, a qual não deverá ser inferior a **3 (três) anos**;
  - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - g) Comunicar ao Município de Alenquer, a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
  - h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - i) Garantir a assistência, no âmbito da garantia técnica;
  - j) Garantir a reparação de erros ou deficiências dos equipamentos, desde que imputáveis ao fornecedor, durante o prazo de garantia.
- 2- A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao presente fornecimento, bem como ao



estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 6.ª (Conformidade e operacionalidade dos bens)**

- 1- O fornecedor obriga-se a disponibilizar e instalar os bens objeto de contrato em estado novo e em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dotados de todos os equipamentos, acessórios e ferramentas indispensáveis ao seu bom funcionamento, respetivos certificados, de acordo e em conformidade com todas as características, certificações, especificações e requisitos previstos no presente caderno de encargos, bem como na proposta adjudicada.
- 2- O fornecedor é responsável perante o Município de Alenquer, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são disponibilizados e instalados.
- 3- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens, objeto do contrato, e respetivos documentos para o local de entrega, montagem e instalação são da responsabilidade do fornecedor, bem como os custos com o transporte e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos de construção e demolição (RCD), nos termos da legislação aplicável.

#### **Cláusula 7.ª (Objeto do dever de sigilo)**

- 1- O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4- As obrigações, previstas na presente cláusula, mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.

#### **Cláusula 8.ª (Patentes, licenças e marcas registadas)**

- 1- São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patente ou licenças.
- 2- Caso o Município de Alenquer venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO MUNICÍPIO DE ALENQUER**

#### **Cláusula 9.ª (Obrigações principais do Município de Alenquer)**

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação especial, no presente caderno de encargos e da proposta adjudicada, decorrem para o Município de Alenquer as seguintes obrigações principais:



- a. Monitorizar a execução do contrato no que respeita ao cumprimento das especificações técnicas dos bens, prazos de entrega e requisitos, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- b. Comunicar ao fornecedor a nomeação do gestor do contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- c. Comunicar, antecipadamente ao fornecedor, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e torne total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto de contrato e o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

#### **Cláusula 10.ª (Preço base)**

- 1- O preço base fixado para a execução das prestações objeto do contrato é de **€258.390,00** (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa euros), valor ao qual acresce IVA à taxa de 23%.
- 2- O preço, referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens fornecidos para o respetivo local de entrega e à respetiva instalação e encaminhamento adequado de eventuais resíduos de construção e demolição.

#### **Cláusula 11.ª (Preço contratual)**

- 1- Pelo fornecimento, objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao fornecedor os preços constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- O preço, referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

#### **Cláusula 12.ª (Condições de pagamento)**

- 1- A quantia devida pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, após a receção e validação pelo Município de Alenquer das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o fornecimento e montagem dos contentores em cada um dos locais constantes do mapa que integra as especificações técnicas do presente caderno de encargos, e só após a respetiva validação de conformidade pelo Município de Alenquer, devendo ser **emitida uma fatura por cada um dos locais de fornecimento e montagem constantes do mapa referido.**
- 3- Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.



### CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### Cláusula 13.ª (Sanções contratuais)

- 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode aplicar ao fornecedor uma sanção de natureza pecuniária, nos seguintes termos:
  - a) Quando se verifique atraso na entrega dos bens, objeto de contrato, será aplicada uma multa de **0,5%** do preço contratual, por cada dia de atraso relativamente ao prazo de entrega contratual.
  - b) Pelo incumprimento de outras obrigações contratuais, será aplicada uma multa de **0,5%** do preço contratual.
- 2- O valor das sanções não pode exceder **20%** do preço contratual, sem prejuízo de resolução do contrato.
- 3- Nos casos em seja atingido o limite, previsto no número anterior, e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30%**.
- 4- As sanções, previstas na presente cláusula, não obstam a que o Município de Alenquer exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 5- Os valores das sanções pecuniárias serão descontados na fatura do fornecedor.
- 6- Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da pena pecuniária, o fornecedor fica obrigado à liquidação da dívida.

#### Cláusula 14.ª (Força maior)

- 1- Não podem ser impostas sanções ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;



- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15.ª (Suspensão do contrato)**

- 1- O Município de Alenquer pode, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente as prestações objeto do contrato.
- 2- A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação ao cocontratante.
- 3- O Município de Alenquer deverá proceder ao levantamento da suspensão, logo que cessem as causas que a determinaram.
- 4- A suspensão, total ou parcial, da execução das prestações, objeto do contrato, determina a prorrogação do prazo de execução das mesmas por período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato para a sua execução, acrescido do prazo estritamente necessário à organização de meios e execução de trabalhos preparatórios ou acessórios com vista ao recomeço da execução.
- 5- O cocontratante pode solicitar a suspensão, total ou parcial, da execução das prestações objeto do contrato, quando se verifiquem factos não imputáveis a este, que tornem total ou parcialmente impossível a locação dos bens objeto de contrato.
- 6- O pedido de suspensão, previsto no número anterior, deve ser devidamente fundamentado e efetuado por escrito.
- 7- Nos termos do número anterior, o Município de Alenquer deverá pronunciar-se por escrito no prazo de **10 (dez)** dias, equivalendo o silêncio à rejeição do pedido, exceto se o motivo invocado for a mora do Município de Alenquer na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução e se comprovar como verdadeiro.

#### **Cláusula 16.ª (Resolução por parte do Município de Alenquer)**

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;
- 2- O direito de resolução, referido nos números anteriores, exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

#### **Cláusula 17.ª (Resolução por parte do Fornecedor)**

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando se verifique o incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Alenquer por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros de mora.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos **30 (trinta) dias** após a receção dessa declaração, salvo se este





último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

- 3- A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS**

##### **Cláusula 18.<sup>a</sup> (Caução)**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

##### **Cláusula 19.<sup>a</sup> (Seguros)**

- 1- É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação das obrigações contratuais, exigidas por lei, durante a vigência do contrato.
- 2- O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo máximo de **5 (cinco) dias**.

#### **CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup> (Foro competente)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

#### **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Cláusula 21.<sup>a</sup> (Subcontratação, cessão da posição contratual e cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)**

- 1- A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da sua posição contratual depende da autorização do Município de Alenquer, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Para efeitos de autorização, prevista no número anterior, deve o cocontratante apresentar uma proposta fundamentada, instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao cessionário, que foram exigidos ao cocontratante no presente procedimento.
- 3- A cessão da posição contratual pelo Município de Alenquer rege-se pela previsão do art.º 324.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4- Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, ao abrigo do disposto no artigo 318.º-A, do CCP.

##### **Cláusula 22.<sup>a</sup> (Comunicações e Notificações)**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede



contratual de cada uma, identificados no contrato.

- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3- Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do número 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

#### **Cláusula 23.ª (Contagem dos Prazos)**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

#### **Cláusula 24.ª (Legislação aplicável)**

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do mesmo.

### **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### **Cláusula 25.ª (Descrição e Quantidade dos bens objeto de contrato)**

- 1- Os bens objeto de contrato a celebrar no âmbito do Fornecimento e montagem de contentores enterrados e colocação de contentores indiferenciados, deverão reunir as seguintes características e ser entregues nas quantidades a seguir mencionadas:
  - a. Fornecimento e instalação de contentor enterrado, para resíduos indiferenciados, de 5m<sup>3</sup>, cuba de betão, marco tipo *green bee*, saco de elevação tipo *masterbag*, ou equivalente, totalmente flexível e totalmente estanque, escorredor de lixiviados, aro de solo, tampa em policarbonato e tampa de solo folha de oliveira – quantidade **17 (dezassete)**;
  - b. Fornecimento e instalação de contentor enterrado, para resíduos seletivos de plástico/metal, de 5m<sup>3</sup>, cuba de betão, marco tipo *green bee*, ou equivalente, saco de elevação flexível tipo convencional, aro de solo, tampa em policarbonato e tampa de solo folha de oliveira – **8 (oito)**;
  - c. Fornecimento e instalação de contentor enterrado, para resíduos seletivos de papel/cartão, de 5m<sup>3</sup>, cuba de betão, marco tipo *green bee*, ou equivalente, saco de elevação flexível tipo convencional, aro de solo, tampa em policarbonato e tampa de solo folha de oliveira – **8 (oito)**;
  - d. Fornecimento e instalação de contentor enterrado, para resíduos seletivos de vidro, de 3m<sup>3</sup>, cuba de betão, marco tipo *green bee*, ou equivalente, saco de elevação flexível tipo reforçado, aro de solo, tampa em policarbonato e tampa de solo folha de oliveira – **8 (oito)**.

#### **Cláusula 26.ª (Obrigações especiais do fornecedor)**

- 1- O fornecedor obriga-se a:
  - a. Garantir que o primeiro fornecimento e montagem ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias** após a outorga do contrato e os fornecimentos e montagens subsequentes no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após comunicação, via correio eletrónico, por parte do Município de Alenquer;



- b. Proceder ao fornecimento e montagem dos bens, nos diferentes locais previstos na clausula 28.<sup>a</sup>, sem interrupções entre cada local superiores a 7 (sete) dias;

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup> (Características técnicas dos equipamentos a instalar)**

Os contentores enterrados a instalar devem cumprir a legislação nacional em vigor, bem como todas as Normativas Europeias, em especial as **EN 13071-1:2019, EN 13071-2:2019 e EN 13071-3:2019**, ou normas equivalentes dos países de origem, relativas aos requisitos para contentores até 5000 L de capacidade com elevação pelo topo e descarga pelo fundo, para o qual o concorrente deve, sob pena de exclusão, apresentar certificado emitido por entidade acreditada independente.

#### **1. SISTEMA DE RECOLHA**

- a) Recolha com grua por argola simples;
- b) Sistema compacto – o conjunto constituído pelo marco, tampa de solo e saco de elevação flexível, é elevado pela viatura de recolha através da argola simples, sendo a descarga realizada pela parte inferior do saco flexível.

#### **2. CUBA**

- a) Cuba independente com 3m<sup>3</sup> / 5m<sup>3</sup> de capacidade;
- b) Cilíndrica para menor espaço ocupado à superfície, em betão armado hidrófugo, classe mínima C40/50 com diâmetro exterior máximo de 1.800mm e altura máxima de 1.870mm para 3m<sup>3</sup> e 2.800mm para 5m<sup>3</sup>;
- c) Fabricado por monobloco (sem juntas ou uniões), com espessura mínima de 85mm na parede, assente sob base de fundo com 120mm de espessura mínima;
- d) O fundo da cuba tem que ter pendente para encaminhamento de eventuais líquidos para uma caixa, com grelha; a cuba tem que possuir sistema de extração de líquidos integrado nas paredes da cuba com saída de 3/4" na parte lateral superior de modo a permitir a extração dos mesmos, por bomba de sucção, sem elevar o equipamento;
- e) A cuba tem que ser fabricada de acordo com a norma EN 206-1 para o qual deve possuir declaração de conformidade, sob pena de exclusão.

#### **3. ARO DE SOLO**

O aro de solo, que encaminha as águas pluviais para fora do contentor, deve ser produzido em aço ao carbono com tratamento anti corrosão por galvanização a quente. Deve ser dotado de uma saída de escoamento que permita realizar ligação à rede de águas pluviais.

#### **4. TAMPA DE SOLO**

- a) Circular com diâmetro máximo de 1.850 mm;
- b) Em aço ao carbono com tratamento anti corrosão, com chapa antiderrapante em folha de Oliveira;
- c) Deve ainda ser pintada com primário de proteção + pintura final com proteção anti corrosão de cor cinza;
- d) A tampa de solo deve ser poder acompanhar inclinações do terreno até 5%.

#### **5. MARCO DE DEPOSIÇÃO**

- a) Marco fabricado em aço inoxidável;
- b) Estanque – não permitindo a entrada de água pela base ou pela tampa;



- c) Com altura máxima acima do solo de 950mm;
- d) A diferença de altura entre a parte de trás e a frente do marco deve ser, no mínimo 3cm, para garantir escoamento da água da chuva e minimização de sujidade na tampa;
- e) O marco deve ser ajustável a inclinações do terreno até 5%, mantendo-se na posição vertical;
- f) A tampa de deposição deve ser em polycarbonato, com uma pega para abertura;
- g) A deposição dos resíduos deve ser livre (sem Tômbola);
- h) O marco inclui a argola simples para elevação do sistema;
- i) Sinalética colocada na tampa e na parte frontal do marco, com indicação do resíduo a que se destina, fabricada em vinil adesivo com proteção UV.

## **6. SISTEMA DE EXTRAÇÃO DOS RESÍDUOS**

- a) O Sistema de extração dos resíduos deve ser por saco totalmente flexível e estanque fabricado em polipropileno duplo;
- b) Os sacos devem ter uma capacidade de carga de trabalho de segurança (SWL) mínima de 1.400 kg de resíduo, com fator de segurança mínimo de 6, cumprindo a norma EN ISO 21898:2004 e EFIBCA006, para a qual deve apresentar, sob pena de exclusão, certificado emitido por entidade externa certificada;
- c) Os sacos devem apresentar a forma cilíndrica da cuba, através de aro fabricado em alumínio;
- d) Todos os elementos metálicos do sistema de abertura/fecho deverão ser fabricados em aço inoxidável, para maior durabilidade;
- e) Os cabos de manuseamento devem correr em olhais de inox e no interior de mangueira para maior conforto e segurança dos operadores de recolha;
- f) Os sacos de elevação devem incluir, em local bem visível junto ao sistema de abertura/fecho, etiqueta de segurança de operação;
- g) No caso do saco para vidro, o saco tem que ser reforçado, com manga interior de PVC com peso específico mínimo de 950 g/m<sup>2</sup>;
- h) No caso do saco para resíduos indiferenciados, o saco tem que ser totalmente estanque e totalmente flexível, com manga interior extensa de PVC que lhe confere estanquicidade, devendo ter peso específico mínimo de 950 g/m<sup>2</sup>; com sistema de separação de líquidos de capacidade superior a 70 litros; com sistema de abertura pelo fundo por manuseamento de 2 cabos independentes que possibilitam a descarga em duas fases (líquido + sólidos).

## **7. ESCORREDOR**

- a) Os contentores destinados a resíduos indiferenciados devem possuir um escorredor circular amovível, com diâmetro mínimo de 1.250mm;
- b) O escorredor deverá ser fabricado em PE, numa peça única (sem uniões ou furações), por forma a ser garantida a sua resistência para o peso dos resíduos;
- c) O escorredor deverá ter inclinação para o centro, 3 pés, um orifício central e orifícios periféricos para ser garantido o encaminhamento de líquidos para baixo deste;
- d) A altura do escorredor deverá ser no máximo 230 mm e no mínimo 210 mm.

## **8. VARANDIM**

- a) Os contentores destinados a resíduos seletivos de recolha de papel/cartão, plástico e vidro devem possuir um sistema circular flexível e horizontal de uma plataforma de segurança em formato de varandim.

**Cláusula 28.ª (Local de entrega dos bens objeto do contrato)**

- 1- Os locais onde serão colocados os bens objeto do contrato a celebrar são os definidos nos **Anexos I, II, III e IV** ao presente caderno de encargos;
- 2- Anexam-se e fazem parte integrante do presente caderno de encargos a Planta de localização/Ortofotomapa:
  - a) Anexo I – UF Carregado e Cadafais – Fase I
  - b) Anexo II – Olhalvo – Fase I
  - c) Anexo III – UF Carregado e Cadafais – Fase II
  - d) Anexo IV – UF Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha – Fase II

|                    |   |                         | Quantidades |                     |                                    |              |
|--------------------|---|-------------------------|-------------|---------------------|------------------------------------|--------------|
| ID                 | Local   | Freguesia               | RU (5 m3)   | Papel/cartão (5 m3) | Embalagens plástico e metal (5 m3) | Vidro (3 m3) |
| Fase I - Ano 2025  |   |                         |             |                     |                                    |              |
| 1                  | Rua Comendador Abreu Peixoto  | Olhalvo                 | 1           | 1                   | 1                                  | 1            |
| 2                  | Rua da Liberdade  | UF Carregado e Cadafais | 2           | 1                   | 1                                  | 1            |
| 3                  | Praceta Pedro Álvares Cabral – Atrás da Unidade de Saúde do Carregado | UF Carregado e Cadafais | 1           | 1                   | 1                                  | 1            |
| 4                  | Praceta Pedro Álvares Cabral – Entrada da praceta                     | UF Carregado e Cadafais | 2           |                     |                                    |              |
| 5                  | Praceta Gaspar Corte Real   | UF Carregado e Cadafais | 1           |                     |                                    |              |
| 6                  | Praceta Infante Dom Henrique  | UF Carregado e Cadafais | 1           |                     |                                    |              |
| 7                  | Praceta João Gonçalves Zarco  | UF Carregado e Cadafais | 1           |                     |                                    |              |
| Fase II - Ano 2026 |   |                         |             |                     |                                    |              |
| 8                  | Praceta João Gonçalves Zarco  | UF Carregado e Cadafais | 1           |                     |                                    |              |



|    |  |  |   |   |   |   |
|----|--|--|---|---|---|---|
| 9  | Praceta Tristão Vaz<br>Teixeira            | UF Carregado   | 2 | 1 | 1 | 1 |
| 10 | Praceta Tristão Vaz<br>Teixeira            | UF Carregado   | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 11 | Rua Pedro Sintra                           | UF Carregado   | 2 | 1 | 1 | 1 |
| 12 | Praceta Dr. Teófilo<br>Carvalho dos Santos | UF Carregado   | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 13 | Rua Professor<br>Cristino da Silva         | UF Aldeia<br>Galega da<br>Merceana e<br>Aldeia Gavinha | 1 | 1 | 1 | 1 |

- 3- Caso se verifique referência a determinado fabrico ou marcas comerciais, deverá considera-se, que poderá ser apresentada proposta para fabrico ou marcas comerciais a elas "equivalentes".